

CADERNO DE ENCARGOS

AJUSTE DIRETO REGIME GERAL

“CONTRATAÇÃO DE ARTISTA PARA A 22.ª EDIÇÃO DO FESTIVAL MÚSICAS DO MUNDO –
DULCE PONTES”

PROCESSO N.º 2022/300.10.005/553

ÍNDICE

PARTE I – CLÁUSULAS GERAIS	3
CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS	3
Cláusula 1.ª - Objeto	3
Cláusula 2.ª - Contrato	3
Cláusula 3.ª – Vigência do Contrato	3
CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	4
Secção I - Obrigações do Prestador de serviços	4
Subsecção I - Disposições Gerais	4
Cláusula 4.ª - Obrigações principais do prestador de serviços.....	4
Cláusula 5.ª - Prazo da prestação dos serviços	4
Subsecção II - Dever de sigilo	4
Cláusula 6.ª - Objeto do dever de sigilo	4
Cláusula 7.ª – Prazo do dever de sigilo	5
Secção II - Obrigações do Município de Sines	5
Cláusula 8.ª - Preço contractual.....	5
Cláusula 9.ª - Preço base.....	5
Cláusula 10.ª - Condições de pagamento.....	6
Cláusula 11.ª - Revisão de preços	6
Cláusula 12.ª – Adiantamentos.....	6
CAPÍTULO III - FORÇA MAIOR E RESOLUÇÃO.....	6
Cláusula 13.ª - Força maior	7
Cláusula 14.ª - Resolução do contrato	8
CAPÍTULO IV – CAUÇÃO E RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS.....	8
Cláusula 15.ª – Caução.....	8
Cláusula 16.ª - Foro competente	8
CAPÍTULO V -DISPOSIÇÕES FINAIS	8
Cláusula 17.ª - Comunicações e notificações.....	8
Cláusula 18.ª – Gestor do contrato.....	9
Cláusula 19.ª - Contagem dos prazos.....	9
Cláusula 20.ª – Legislação aplicável	9
PARTE II – CLÁUSULAS RELATIVAS AOS ASPETOS DA EXECUÇÃO DO CONTRATO	10
Cláusula 21.ª – Especificações Técnicas	10

PARTE I – CLÁUSULAS GERAIS

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª - Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência de procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a realização do **“Contratação de artista para a 22.ª Edição do Festival Musicas do Mundo – Dulce Pontes”** nas condições previstas nas Especificações Técnicas definidas na Parte II deste documento.

Cláusula 2.ª - Contrato

1. O contrato é composto pelo respectivo clausulado contratual e seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) O presente caderno de encargos;
 - b) A proposta adjudicada;
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respectiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

Cláusula 3.ª – Vigência do Contrato

1. O contrato mantém-se em vigor durante a realização da 22.ª Edição do Festival Músicas do Mundo, a decorrer entre 22 a 30 de julho de 2022, em conformidade com os respetivos termos e condições e disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
2. Nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 95.º do CCP está dispensada a redução dos termos da adjudicação a escrito, pelo que o contrato resulta do disposto no n.º 2 da cláusula 2.ª do caderno de encargos.

CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Secção I - Obrigações do Prestador de serviços

Subsecção I - Disposições Gerais

Cláusula 4.ª - Obrigações principais do prestador de serviços

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e nas peças do presente procedimento, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações de efetuar a prestação de serviços nos termos e nas condições previstas nas Especificações Técnicas definidas na Parte II do presente caderno de encargos.

Cláusula 5.ª - Prazo da prestação dos serviços

O Prestador de serviços obriga-se a executar os serviços objeto deste caderno de encargos **no dia 29 de julho**, com todos os elementos referidos nas especificações técnicas previstas na parte II do presente caderno de encargos.

Subsecção II - Dever de sigilo

Cláusula 6.ª - Objeto do dever de sigilo

1. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Sines, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3. Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respectiva obtenção pelo Prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 7.ª – Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II - Obrigações do Município de Sines

Cláusula 8.ª - Preço contractual

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Sines deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no n.º 1 da presente cláusula inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município de Sines.

Cláusula 9.ª - Preço base

1. Para a contratação em causa é fixado como preço base o valor de **€ 15.000,00 (quinze mil euros)**, sendo este o preço máximo que o Município de Sines se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem objeto do contrato e funcionando como parâmetro base do preço contratual;
2. O preço base inclui todos os serviços a prestar no âmbito deste procedimento.

Cláusula 10.ª - Condições de pagamento

1. As quantias devidas pelo Município de Sines, nos termos da Cláusula 8.ª, serão pagas a pronto pagamento após a entrega das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva e devem ser acompanhadas de todos os elementos descritivos e justificativos que permitam a sua conferência;
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a realização do espetáculo;
3. Caso as faturas apresentadas não sejam validadas porque desconformes com o contrato, esta comunicará tal decisão ao prestador de serviços, que deverá apresentar outras em sua substituição, devidamente corrigidas.
4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas serão pagas preferencialmente por transferência bancária, devendo na faturação ser indicado o respetivo IBAN.

Cláusula 11.ª - Revisão de preços

O valor contratual é fixo e não sujeito a revisão de preços.

Cláusula 12.ª – Adiantamentos

No âmbito da presente prestação de serviços, conforme determinado na alínea a) do art.º 292.º do CCP, os adiantamentos não podem ser superiores a 30% do preço contratual, podendo a Câmara Municipal de Sines proceder à retenção de 10% do valor dos pagamentos a efetuar, conforme previsto no n.º 3 do art.º 88.º do CCP.

CAPÍTULO III - FORÇA MAIOR E RESOLUÇÃO

Cláusula 13.^a - Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização de espetáculo, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, pandemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Prestador de serviços, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Prestador de serviços de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Prestador de serviços não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte;

5. Na sequência de eventuais ordens municipais ou governamentais relativas ao cancelamento ou adiamento da prestação de serviços em consequência da pandemia Covid-19, de tal facto não resultarão para o Município de Sines quaisquer encargos ou dever de indemnização.

Cláusula 14.ª - Resolução do contrato

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, as partes podem resolver o contrato nos termos previstos no Código dos Contratos Públicos.

CAPÍTULO IV – CAUÇÃO E RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Cláusula 15.ª – Caução

Em conformidade com o disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP, não é exigida a prestação de caução.

Cláusula 16.ª - Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja, com expressa renúncia a qualquer outro.

CAPÍTULO V -DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 17.ª - Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código

dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 18.ª – Gestor do contrato

1. Para efeitos do disposto no artigo 290.º - A do Código dos Contratos Públicos é designado como gestor do contrato:

Nome: Cláudia Fernandes, na qualidade de Assistente Técnica do serviço de Cultura e Património Cultural;

Telefone Fixo: 269860080

Correio eletrónico: claudia.fernandes@mun-sines.pt ;

2. Caso ocorra circunstância superveniente que imponha a alteração do gestor do contrato a mesma será comunicada ao cocontratante, no prazo de 10 (dez) dias, por via postal registada com aviso de receção a qual será junta ao contrato;

3. O cocontratante poderá manifestar-se quanto à designação referida no número anterior, sob a mesma formalidade que a da comunicação da designação, no prazo de 10 (dez) dias após o recebimento da notificação, que será apreciada em igual prazo e devidamente comunicada.

Cláusula 19.ª - Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 20.ª – Legislação aplicável

1. Em tudo o omissa no presente caderno de encargos observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29.01, na sua atual redação.

2. As partes obrigam-se a aplicar as disposições legais em matéria de tratamento de dados pessoais, nomeadamente o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho e a Lei n.º 58/2019, de 08.08, relativas à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados), em relação a todos os dados pessoais por cujo tratamento sejam responsáveis.

PARTE II – CLÁUSULAS RELATIVAS AOS ASPETOS DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 21.ª – Especificações Técnicas

O presente caderno de encargos tem como objeto a **“Contratação de artista para a 22.ª Edição do Festival Musicas do Mundo – Dulce Pontes”** nas condições abaixo descritas:

- I) Realização do espetáculo no dia 29 de julho, no Castelo de Sines, com início às 21h00.
- II) São da responsabilidade do prestador de serviços as deslocações de toda a comitiva.